



OE2011: Técnicos Oficiais de Contas e mais sete organizações rejeitam obrigatoriedade de revisor oficial após dois anos de prejuízos



Número de Documento: 11785982

Lisboa, Portugal 18/11/2010 16:58 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, orçamento, Economia (geral)

Lisboa, 18 nov (Lusa) – A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e outras sete organizações profissionais consideram que o alargamento do prazo que implica a certificação legal das contas para dois anos de prejuízos fiscais mantém efeitos negativos e injustificados para as empresas.

Numa posição conjunta, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Ordem dos Psicólogos Portugueses, Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Associação PME de Portugal, Associação Portuguesa de Imprensa, Associação Nacional das PME's, Confederação dos Agricultores de Portugal e Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração rejeitam este aditamento à proposta do Orçamento do Estado para 2011 porque "não acrescenta nenhuma mais valia ao ato tributário".

A OTOC já se tinha pronunciado anteriormente sobre o que considera ser uma "limitação do uso do direito à dedução dos prejuízos fiscais" e que se traduz em custos adicionais para as empresas, empresários, profissionais liberais.

Numa primeira versão, a proposta de Orçamento do Estado 2011 visava a obrigatoriedade das contas das empresas serem verificadas por um revisor oficial logo no primeiro ano em que apresentassem prejuízos, mas o PS propôs que a certificação ocorresse apenas ao fim de dois anos de prejuízos fiscais.

Esta alteração já tinha sido anunciada pelo Governo na quarta feira na audição do ministro das Finanças na Assembleia da República.

RCR

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico ***

Lusa/fim